



## INSTRUMENTO CONVOCATORIO/EDITAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 015/2019**

**TOMADA DE PREÇOS Nº: 003/2019**

### PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE BONITO DE MINAS-MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede Administrativa na Praça Bom Jesus, 75 – Centro - Bonito de Minas-MG, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.493/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Pedro Pires da Rocha, por intermédio da sua Comissão Permanente de Licitação, devidamente constituída através do Decreto Municipal nº: 711, de 03 de janeiro de 2.019, torna público que fará a realização de licitação objetivando a seleção da proposta mais vantajosa objetivando a “contratação de empresa de engenharia civil, arquitetura e ou urbanismo para a execução de remanescente de obra de pavimentação em bloquetes intertravados das Ruas (A, B, C, D), construção de serviços complementares de calçada (passeio), meio fio e sarjetas, do Distrito de Raizama e o Município de Bonito de Minas, conforme detalhado no projeto/croquis, em observância ao detalhado na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro, e em observância ainda às especificações detalhadas no memorial descritivo e na memória de cálculo e, em observância a descrito no Projeto Básico/Especificação Técnica, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas”, objeto do Processo Licitatório nº: 015/2019 - Tomada de Preços nº 003/2019, conforme descrito no item 03 (três), do tipo “**Menor Preço**”, tendo como critério de julgamento o por “**Preço Global**”, com regime de execução do futuro contrato administrativo “Indireta - Empreitada por Preço Unitário”, nos termos do art. 6º da Lei Federal nº: 8.666/93, ficando ainda os interessados sujeitos as condições de Cadastramento junto ao Município, bem como as normas estabelecidas no presente instrumento convocatório, que se subordina aos ditames da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações, cuja “Documentação de Habilitação e Propostas de Preços” deverão serem entregues na data, local e horário abaixo mencionados:

### 1 - DO LOCAL DE ENTREGA ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTAÇÃO/PROPOSTA

a) - **LOCAL:** Praça Bom Jesus, 75 - Centro – Bonito de Minas – Departamento de Licitações

b) – **DATA LIMITE:** Até o dia 08/04/2019

c) – **HORÁRIO LIMITE:** Até as 11:00 horas

### 2 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO HABILITAÇÃO

2.1. A abertura dos envelopes será em sessão pública a ser realizada pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo indicado:

a) - **LOCAL:** Praça Bom Jesus, 75 – Centro – Bonito de Minas – Departamento de Licitações

b) - **DATA:** Dia 08/04/2019

c) - **HORÁRIO:** Às 11:00 horas



2.2. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

### **3 - DO OBJETO**

3.1 A presente licitação tem por objetivo a seleção da proposta mais vantajosa objetivando a “contratação de empresa de engenharia civil ou arquitetura e urbanismo para a execução de remanescente de obra de pavimentação em bloquetes intertravados das Ruas (A, B, C, D), construção de serviços complementares de calçada (passeio), meio fio e sarjetas, do Distrito de Raizama - Fase II, através recurso financeiro oriundo da União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, em face do contrato repasse nº 839472/2016/MTUR/CAIXA - Processo nº 3661.1037074-40/2016 e contra partida do Município de Bonito de Minas, conforme detalhado no projeto/croquis, em observância ao detalhado na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro, e em observância ainda às especificações detalhadas no memorial descritivo e na memória de cálculo e, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas”, em observância ainda ao teor dos descrito no Anexo I - PROJETO BÁSICO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA e no Anexo II - minuta do Contrato Administrativo, de acordo com os ditames da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, instrumentos estes que são parte integrantes do presente instrumento convocatório/edital, para todos os efeitos legais e de direito, independentemente de transcrição.

3.2 O valor máximo para a futura contratação que o Município se propõe a pagar pela a execução das obras descritas no subitem 3.1 é previsto no plano de trabalho, qual seja o valor global de R\$ 210.809,97 (duzentos e dez mil, oitocentos e nove reais noventa e sete centavos), conforme valor unitários e quantitativos descrito na planilha orçamentária, incluso BDI estimado em 26,85 (vinte e seis virgula oitenta e cinco por cento).

### **4 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E DA VISITA TECNICA**

4.1 Em decorrência da Licitação ser na Modalidade Tomada de Preços, necessário se faz o cadastramento junto ao Município, para obtenção do CRC – Certificado de Registro Cadastral. Para tanto os interessados deverão apresentar documentação para cadastramento junto ao Município de Bonito de Minas-MG, no endereço constante no item 1 (hum) alínea “a”, até as 13:00 (treze) hora do dia 03/04/2019.

4.2 Somente poderão participar da presente licitação, Pessoa Jurídica com habilidades compatível para com o objeto constante do item 3 (três) e, que não estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou cumprindo pena de suspensão ou sob declaração de inidoneidade, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei nº 8.666/93.

4.3 A empresa proponente licitante para participar do certame deverá prestar caução de manutenção da proposta, no valor correspondente a 1% (hum por cento) do descrito no subitem 3.2, ou seja prestar garantia no valor de R\$ 2.108,09 (dois mil, cento e oito reais e nove centavos), conforme prescreve o inciso III do art. 31 da Lei 8.666/93, através depósito bancário em dinheiro em nome da Prefeitura Municipal de Bonito de Minas - MG, Banco do Brasil, agência 0283-6, Conta Corrente nº: 32.715-8 ou através carta de fiança bancária, seguro garantia ou através qualquer das modalidades elencadas no §



1º do art. 56 da Lei Federal 8.666/93, com a obrigatoriedade da apresentação do comprovante anexado junto com a proposta de preços e enfeixado no envelope nº 02 (dois), sob pena de inabilitação.

4.3.1 A devolução da caução da proposta apresentada em espécie e, nos moldes descritos no subitem 4.3, será efetuada pela Tesouraria do Município a partir do 10º (décimo) dia útil a contar da data de entrega dos envelopes, conforme consta do subitem (1.1) deste instrumento convocatório/edital.

4.4 A proponente licitante vencedora do certame, uma vez assinado o contrato administrativo, deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor global da contratação, no prazo de até 5 (cinco) dias para gozar do direito ao recebimento da ordem de execução da obra, caução esta que poderá ser prestada em espécie (dinheiro) em nome da Prefeitura Municipal de Bonito de Minas - MG, Banco do Brasil, agência 0283-6, Conta Corrente nº: 32.715-8, ou através carta de fiança bancária, seguro garantia ou através qualquer das modalidades elencadas no § 1º do art. 56 da Lei Federal 8.666/93, acompanhada da documentação do responsável pela execução da obra.

4.4.1 A devolução da caução objeto de garantia de contrato de execução da obra, será devolvida à Contratada até o 10º (décimo) dia a contar da data do Termo de Recebimento Definitivo da Obra/Termo de Encerramento Contratual, mediante solicitação formal (por escrito) dirigida diretamente à Secretaria Municipal de Finanças do Município de Bonito de Minas - MG, anexando à mesma o comprovante que originou a caução.

4.4.2 A caução eventualmente apresentada na modalidade seguro garantia, deverão vir acompanhadas obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

4.4.2.1 Certidão de Regularidade Operacional junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, em nome da Seguradora que emitir a apólice.

4.4.2.2 Certidão de Regularidade Operacional junto ao IRB – Instituto de Resseguros do Brasil, em nome da Seguradora que emitir a apólice.

4.4.2.3 Caso a Seguradora venha a perder a condição de funcionamento regular junto à SUSEP ou ao IRB, durante a execução do contrato, é obrigação da Contratada substituir a apólice original por igual documento de outra Seguradora ou por outra modalidade elencada acima.

#### **4.5 Da Visita Técnica**

4.5.1. Fica definida a realização de visita técnica in loco, local onde serão executados os remanescentes de obras, os dias 01 e 02 de abril, com saída às 09:00 horas, onde a proponente licitante deverá agendar até as 08:00 horas, através do email [licitacao@bonitodeminas.mg.gov.br](mailto:licitacao@bonitodeminas.mg.gov.br)., onde neste caso, o Município fornecerá o instrumento de visita técnica para a proponente licitante acostar junto com a sua documentação de habilitação e enfeixado no envelope 01 (documentação habilitação), conforme detalhado no item 6 (seis) deste instrumento.

4.5.2 No entanto, uma vez tratar-se de serviços comuns, não se obriga a realização da visita técnica, mas obriga-se à proponente licitante e na apresentação de declaração atestando que conhece o local



da execução das obras e, avoca para si todas as responsabilidades de da realização de verificação "in loco" das dificuldades e o dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta, devendo esta declaração ser acostada junto com a documentação habilitação e enfeixado no envelope 01 (documentação habilitação), sob pena de inabilitação, conforme detalhado no item 6 (seis) deste instrumento.

## **5. – DO CADASTRAMENTO**

5.1 As empresas que se interessarem em participar do certame, e não forem cadastradas junto ao Município, deverão apresentar para cadastramento até o terceiro dia que anteceder ao prazo constante no subitem 4.1 deste instrumento convocatório/edital, os seguintes documentos:

### **5.2 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A HABILITAÇÃO JURÍDICA– (Art. 28):**

- a). Registro Comercial no caso de Empresa Individual, devidamente registrado ou;
- b). Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (última alteração se houver), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades pör ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício ou;
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **5.3 DOCUMENTAÇÃO RELATIVA REGULARIDADE FISCAL– (Art. 29):**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União; que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, emitida pela Receita Federal do Brasil;
- c) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- d). Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do Licitante;
- e) Certidão de Regularidade relativo ao Fundo de Garantia Tempo de serviços (FGTS) demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei;
- f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT).

**Observações:** 1. Com exceção de documentações extraídas via internet, toda documentação que for apresentada em sistema de cópia xérox a mesma deverá ser autêntica por cartório ou pelo servidor do setor de licitações, mediante exibição do documento em original acompanhado de cópia xérox.

## DOCUMENTAÇÃO RELATIVA QUALIFIC. TÉCNICA-(Art. 30):

a). Registro de inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

## 5.5 DOC. RELATIVA QUALIF. ECONÔMICA E FINANCEIRA (Art. 31):

a) Certidão Negativa de pedido de falência ou concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias.

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis, que permitam aferir a condição financeira da Licitante. É vedada a substituição desta documentação por balancetes ou balanços provisórios.

c) A comprovação da boa situação financeira da Proponente/Licitante será aferida com base nos índices resultantes da aplicação das fórmulas a seguir:

- **Índice de Liquidez Geral (ILG)** igual ou maior do que 1,00. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo.

$$ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXÍGIVEL A LONGO PRAZO}} \geq 1,00$$

- **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** igual ou maior que 1,00. Será considerado com Índice de Liquidez Corrente o quociente do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \geq 1,00$$

- **Índice de Endividamento (IE)** igual ou menor que 0,50 (meio por cento). Será considerado com Índice de Endividamento o quociente da soma Passivo Circulante com Exigível a Longo Prazo pela Ativo Total.

$$IE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXÍGIVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}} \leq 0,50$$

d) Fica facultado ao Proponente Licitante o direito de substituir o (IE – índice de endividamento) exigido acima por (SG – solvência geral) desde que o (SG) seja maior ou igual a ( $\geq 1,00$ ).

## 6. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (APÓS CADASTRAMENTO)



6.1- No envelope 01 Documentação Habilitação, deverá conter exclusivamente os seguintes documentos:

- a). Cópia do Certificado de Registro Cadastral (CRC), fornecido pela Prefeitura Municipal de Bonito de Minas à empresa licitante, com validade de vigência o exercício de 2019;
- b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União; que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, emitida pela Receita Federal do Brasil;
- c) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- d) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do Licitante;
- e) Certidão de Regularidade relativo ao Fundo de Garantia Tempo de serviços (FGTS).
- f) Certidão Negativa de Debito Trabalhista (CNDT).
- g) Atestado ou declaração, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Pessoa Jurídica de Direito Privado, em nome da proponente licitante, comprovando ter a mesma executado obras ou serviços iguais ou semelhante aos da presente licitação.
- h) Cópia do registro de inscrição dos Responsável(eis) Técnico(s) no Conselho CREA ou no CAU, acompanhada de copia de ART emitida em nome do profissional comprovando o conhecimento na execução de serviços iguais ou semelhante ao da presente licitação.
- i) Apresentação copia do termo de visita técnica na obra ou declaração firmada pelo signatário de que conhece os locais da execução da obra.

**Observações:**1. Toda documentação acima (subitem 6.1) poderão ser apresentadas em original ou por qualquer processo de cópia xérox autenticadas por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou por servidor do Município e, neste ultimo caso será necessária a exibição do documento em original acompanhado de copias xérox, as quais ficarão retidas para fins autuação junto ao processo, devendo ainda o interessado procurar o setor de licitações até as 10:30 horas da data de abertura do certame, sob pena de recusa de proceder os trabalhos de autenticação.

2. As certidões exigidas no subitem 6.1 alíneas “b, c, d, e, f” deverão ter a data de expiração mínima de validade a data da abertura do certame conforme prescrito no subitem 2.1 deste instrumento convocatório/edital, não se aplicando as prerrogativas da Lei 123/06.

## 6.2 DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Declaração de conhecimento dos Ditames do Instrumento Licitatório e seus Anexos, conforme modelo Anexo III, esta declaração deverá ser anexada junto com a documentação habilitação (envelope nº 01), sob pena de inabilitação;
- b) Declaração do cumprimento do Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo Anexo IV, esta declaração deverá ser anexada junto com a documentação habilitação (envelope nº



01), a não apresentação desta declaração não implica em inabilitação considerando que a mesma é requisito para cadastramento,

c) Declaração de inexistência de Inidoneidade, conforme modelo do Anexo V. Esta declaração deverá ser anexada também junto com a documentação de habilitação e colocada dentro do envelope n°: 01 (um), sob pena de inabilitação.

## **7 - DA PROPOSTA DE PREÇO**

7.1. A proposta de preço para a execução das obras, objeto da presente licitação, deverá ser elaborada em língua portuguesa, datilografada ou digitada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo signatário (representante) da licitante.

7.2 O valor máximo que o Município se propõe a pagar pela execução do remanescente das obras é o valor descrito na planilha orçamentária, devendo por tanto, a proponente licitante elaborar a sua planilha orçamentária respeitando os valores lá previsto (unitários e totais de cada item), incluindo BDI limitado em 26,85 (vinte e seis virgula oitenta e cinco por cento), e lançar o valor global da planilha orçamentária (conforme detalhado no anexo I – PROJETO BÁSICO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA), devendo ser necessário a elaboração do cronograma físico financeiro espelhando no modelo disponibilizado pelo Município e anexar estes instrumentos junto com a proposta de preços, sob pena de desclassificação da proposta de preços.

7.3 Deverá constar no dorso da proposta de preço a expressão de que estão inclusos todos os custos diretos e indiretos na execução do remanescente das obras, tais como mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, alimentação, hospedagem, transporte, seguros, equipamentos de proteção individual, bem como custo com o fornecimento de materiais, veículos e equipamentos que se fizerem necessários na execução da obra objeto da presente licitação, a omissão não caracteriza motivo de desclassificação da proposta, considerando o teor da declaração constante no instrumento de conhecimento dos ditames do instrumento convocatório/edital e seus anexos..

7.4. A planilha orçamentária deverá elaborada pela proponente licitante, espelhando no que couber ao detalhado na planilha orçamentária disponibilizada pela Secretaria Municipal de Transportes e Obras Publicas, através do Departamento de Engenharia, anexá-la juntamente com o cronograma físico financeiro à proposta comercial de preços sob pena de desclassificação da proposta.

7.5 O valor global da proposta, deverá ser expresso em algarismo e por extenso, e no caso de divergência, prevalecerá o que melhor convier à Administração em busca de economicidade, sendo vedado ao proponente licitante proceder qualquer correção.

7.6 Deverá constar ainda no dorso da proposta de preços que a mesma tem a validade de 60 (sessenta) dias e que se compromete a assinar o instrumento contratual no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação feita pela Administração. A ausência desta confirmação por ser objeto de exigência da Lei de Licitação, implica na desclassificação da proposta.

7.7 A proponente licitante deverá elaborar sua planilha e a proposta de preços, levando em consideração a execução dos serviços e aplicação de materiais de primeira qualidade, em conformidade com as normas da ABNT, e em observância ao que prescreve o memorial descritivo,



planilhas orçamentária, cronograma físico financeiro, projetos arquitetônico e em observância aos ditames deste instrumento convocatório/edital e seus anexos.

## 8 - DOS ENVELOPES

8.1 A Documentação necessária à Habilitação, bem como as Propostas de Preços deverão ser apresentadas em envelopes distintos, conforme abaixo:

8.1.1 – Envelope contendo documentação habilitação

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE MINAS-MG  
ATT. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
**ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO HABILITAÇÃO**  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: **015/2019**  
TOMADA DE PREÇOS Nº: **003/2019**  
(NOME DA EMPRESA LICITANTE)

8.1.2 Envelope contendo proposta de preços

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE MINAS-MG  
ATT. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
**ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL**  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: **015/2019**  
TOMADA DE PREÇOS Nº: **003/2019**  
(NOME DA EMPRESA LICITANTE)

## 9 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. Os envelopes “Documentação” e “Proposta de Comercial” deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação até a data e horário especificados no item 1 (hum) do instrumento em epigrafe;

9.1.1. depois da hora marcada nenhum envelope contendo documento ou proposta será recebido pela Comissão Permanente de Licitação, devendo, neste caso, ser o fato consignado na respectiva Ata.

9.2. Quando da entrega dos envelopes “Documentação e Proposta Comercial”, o representante legal da proponente deverá apresentar, separadamente, à Comissão de Permanente de Licitação, sua carteira de identidade e o comprovante do seu credenciamento junto à Comissão Permanente de Licitação, que tanto pode ser procuração passada por instrumento público ou particular, como declaração firmada pelo outorgante, com a identificação e o CNPJ da empresa proponente licitante, devendo tal instrumento conter o devido reconhecimento de firma do outorgante/signatário;

9.2.1. Quando o representante legal da proponente for sócio ou proprietário, deverá apresentar original e cópias não autenticadas ou apenas cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social da empresa (e suas alterações, caso existam), devidamente registrada na repartição competente (Junta Comercial),





Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou, onde estes não existam, Cartório de Registro de Títulos e Documentos), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura;

9.2.2. A procuração, a declaração ou a cópia do Estatuto citado nos subitens 9.2 e 9.2.1, ficará retida para autuação no Processo.

9.3. Somente os representantes legais, credenciados e identificados na forma dos subitens 9.2 e 9.2.1, os membros da Comissão Permanente de Licitação e Técnicos eventualmente convidados é que poderão pronunciar-se no curso dos trabalhos. Demais pessoas presentes poderão acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos de abertura dos envelopes, vedada qualquer manifestação durante o procedimento.

9.4. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa proponente.

9.5. Finda a fase de credenciamento e identificação dos representantes, a Comissão Permanente de Licitação verificará o fechamento dos invólucros dos envelopes contendo documentação habilitação e propostas comerciais de preços e, constada sua regularidade, os membros lançaram suas respectivas assinaturas e em seguida repassará aos eventuais representantes presente ao ato, os quais após conferência, lançaram suas respectivas assinaturas, dando-se em seguida o procedimento de abertura dos envelopes de nº 01 contendo documentação habilitação.

9.6. Os envelopes contendo a documentação, que se refere à habilitação, serão abertos na data e horário mencionado no item 02 (dois) na sala do Departamento de Licitação localizado no endereço (Praça Bom Jesus, 75 – Centro – Bonito de Minas - MG), onde os membros da Comissão Permanente de Licitação, após verificarem a inviolabilidade dos invólucros dos envelopes, procederão a abertura dos mesmos e que procederá à conferência de validade da referida documentação e demais exigências decorrentes deste instrumento convocatório/edital e seus anexos, e constada a regularidade, as mesmas serão rubricada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, repassando toda documentação para os representantes presentes ao ato, os quais após constatada a regularidade, lançarão suas assinaturas.

9.7. Caso a Comissão Permanente de Licitação julgue conveniente poderá suspender a reunião para análise dos documentos de habilitação, ou proceder diligências sobre aspectos apontados pelos interessados ou considerados fundamentais pela própria Comissão Permanente de Licitação, para dirimir dúvidas.

9.8. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem anterior, os envelopes contendo “Propostas Comerciais de Preços”, permanecerão sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação para abertura em outra reunião, cuja data deverá ser indicada na respectiva Ata de Abertura ou através de comunicação publicada no Quadro de Avisos afixado no átrio da Prefeitura Municipal de Bonito de Minas - MG.

9.9. Não ocorrendo fato superveniente conforme descritos nos itens (9.7 e 9.8) ou no caso de ocorrência e uma vez sanada a pendência, e uma vez concluído o exame da documentação de habilitação, serão relacionadas as eventuais proponentes licitantes julgadas inabilitadas, às quais serão devolvidos os “Envelopes Propostas Comerciais de Preços”, devidamente lacrados somente após o



decurso do prazo recursal ou após o julgamento dos recursos interpostos, mediante contra-recibo, bem como serão relacionados os proponentes/licitantes devidamente habilitados em decorrência da regularidade da documentação apresentada em conformidade com o instrumento convocatório/edital.

9.10. Em data previamente estabelecida em ata de análise documental, e desde que tenha transcorrido o prazo para interposição de recurso, ou tenha havido desistência formal de sua apresentação, ou ainda, tenha ocorrido julgamento dos recursos interpostos, proceder-se-á à abertura dos Envelopes Proposta Comercial.

9.11. Na ocorrência de adiamento dos trabalhos o reinício dar-se-á com a identificação dos representantes, de acordo com os subitens 9.2 e 9.2.1. Na hipótese de tratar-se do mesmo representante já identificado, a este bastará exibir documento de identidade fé pública.

9.12 O representante de licitante presente ao ato que tiver intenção de interpor recurso diante de sua insatisfação decorrente de decisões da Comissão Permanente de Licitação, deverá pedir o registro em ata de suas intenções, apresentando no prazo de 05 (cinco) dias úteis os memoriais, conforme prescreve o inciso I do art. 109 da Lei 8.666/93.

9.13 Ao proponente licitante que não constituir representante, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da ata, conforme prescreve o inciso I do art. 109 da Lei 8.666/93, devendo os recursos serem dirigidos à Autoridade Máxima Municipal, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação.

9.14 Findo os trabalhos de análise documentação, a Comissão Permanente de Licitação, determinará o registro em ata dos eventuais proponentes inabilitados bem como os devidamente habilitados em decorrência da regularidade da documentação apresentada.

## **10 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO**

10.1. No julgamento das Propostas de Preços será levado em consideração o tipo de licitação “Menor Preço”, tendo como critério de julgamento por “Preço Global” por conta da execução das obras objeto da presente licitação.

10.2. Serão desclassificadas as Propostas Comerciais que não atenderem às especificações e às exigências contidas no presente instrumento convocatório/edital e seus anexos, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, consoante o disposto no art. 48 da Lei nº 8.666/93, em observância aos valores previstos na planilha orçamentária que trata-se do valor máximo que o Município se propõe a pagar.

10.2.1 Não será levada em consideração para efeito de julgamento, a proposta que contenha vantagem não prevista no edital.

10.3. A critério da Autoridade Máxima Municipal, no caso de desclassificação de todas as propostas, poderão ser convocados os participantes para, no prazo de 8 (oito) dias úteis, apresentarem novas ofertas, em obediência ao disposto no § 3º do artigo 48 da Lei nº 8.666/93.



10.4 As propostas que atenderem às condições previstas no presente instrumento convocatório/edital e seus anexos, serão ordenadas em ordem crescentes, segundo os preços globais propostos.

10.5. No caso de absoluta igualdade de condições entre 2 (duas) ou mais Propostas de Preços, como critério de desempate, será assegurado o critério de sorteio, mediante prévia convocação de todos os licitantes que ofertaram preços em igualdade de valor, conforme estabelece o § 2º do artigo 45 da Lei nº 8.666/93.

10.6. Será considerada vencedora a proponente licitante que apresentar a proposta com o menor preço global e desde que esta esteja de acordo com as especificações deste instrumento convocatório/edital e seus anexos.

10.7. A Comissão Permanente de Licitação após proceder ao Julgamento da presente licitação, submeterá o seu resultado à deliberação da Autoridade Máxima Municipal, com vistas à homologação e adjudicação do objeto da licitação, observados os respectivos prazos recursais.

10.8 A decisão da Comissão Permanente de Licitação somente será considerada definitiva, após homologação realizada pela Autoridade Máxima Municipal, e as intimações dos respectivos atos serão precedidos nos termos da Lei nº 8.666/93.

10.9. Conhecida a proponente licitante vencedora, esta será convocada pela Administração para assinatura do instrumento contratual dentro do prazo de validade da proposta, devendo a mesma proceder o ato de assinatura do instrumento no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação feita pela Administração, sob pena de decair do direito da contratação e incorrer nas penalidades impostas no art. 81 da Lei 8.666/93, facultando ainda à Administração o direito de convocar os licitantes remanescentes, nos termos do art. 64 da supracitada lei, para celebração do contrato, não se aplicando a este as penalidades impostas pela Lei de licitação em decorrência da recusa de assinatura.

10.10 Após assinatura do instrumento contratual e uma vez apresentada a garantia de execução contratual da obra, será expedida a ordem de execução da obra, devendo o contratado iniciar a execução da obra, no prazo máximo de 07 (sete) dias a contar da data da emissão da ordem de serviço, sob pena de decair do direito na execução da obra, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, e a Autoridade Máxima Municipal gozará do direito de convocar os licitantes remanescentes, nos termos do art. 64 e seus parágrafos, não se aplicando ao licitante remanescente as sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

10.11. Consoante disposição da Lei nº 8.666/93, a Autoridade Máxima Municipal, caso tenha conhecimento posterior ao julgamento da licitação sobre atos ou fatos que desabonem a idoneidade financeira, técnica ou administrativa da adjudicatária, mediante despacho fundamentado, poderá desclassificar a licitante vencedora da presente licitação, mesmo já tendo ocorrido a assinatura do "Termo de Contrato", ou a entrega da "Nota de Empenho", sem que caiba à mesma o direito à indenização ou ressarcimento, e sem prejuízo de aplicação das sanções cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## **11 - DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO**



11.1 Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, a Autoridade Máxima Municipal poderá revogar a presente licitação, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

11.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato e não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei nº 8.666/93.

11.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

## **12 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

12.1. Dos atos praticados por membros da Comissão Permanente de Licitação ou por servidores da Administração caberão recursos, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis conforme prescreve o inciso I do art. 109 da Lei 8.666/93, a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas comerciais;

c) anulação ou revogação da licitação;

d) rescisão do contrato ou instrumento equivalente, a que se refere o art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93;

e) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

12.2. Caberá Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

12.3. Pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, de decisão (indicar a autoridade, conforme o caso), na hipótese do parágrafo 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

12.4. A intimação dos atos referidos no subitem 12.1, alíneas "a, b, c, d", excluídos os relativos à advertência e multa de mora, será feita mediante publicação no quadro de avisos da Prefeitura, salvo para os casos previstos nas alíneas "a, b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e consignada em Ata.

12.5. O recurso previsto nas alíneas "a, b" do subitem 12.1, terá efeito suspensivo, podendo a Autoridade Máxima Municipal, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.

12.6. Interposto o recurso por algum licitante, o fato será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data do seu recebimento.



12.7. Os recursos deverão ser manifestados por escrito, dirigido à Autoridade Máxima Municipal em atenção da Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, à Autoridade Máxima Municipal, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de recurso, sob pena de responsabilidade.

12.8. Decairá do direito de impugnar perante à Administração, os termos desta licitação, aquele que aceitando-o sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

### **13 - DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, DA APRESENTAÇÃO DA CAUÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL, DA ORDEM DE SERVIÇO E DAS MEDIÇÕES**

#### **13.1 – Do Contrato**

13.1.1 Uma vez adjudicado o objeto e homologado o resultado, a Administração convocará formalmente a Adjudicatária para que, dentro de 05 (cinco) dias úteis, apresente-se para assinar o Contrato Administrativo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº: 8.666/93. Presume-se a desistência da Licitante de celebrar Contrato quando, esgotado o prazo respectivo estipulado para sua celebração, não tenha ocorrido à aposição de assinatura de seus representantes legais no instrumento formal do Contrato.

13.1.2 No ato da assinatura do futuro contrato administrativo, a adjudicatária deverá copia do instrumento de caução do contrato de execução da obra, bem como apresentar documentação de comprovação de vínculo empregatício do profissional técnico (engenheiro), acompanhado da respectiva ART, o qual será responsável pelo acompanhamento da execução das obras, a qual deverá feita mediante cópia do Contrato de Trabalho firmado com a empresa licitante, constando ainda da Carteira Profissional e/ou da Ficha de Registro da Empresa (FRE), com o visto do órgão competente ou contrato particular específico para acompanhamento técnico da execução da obra e desde que no instrumento conste toda a responsabilidade pertinente a obra. O qual deverá disponibilizar permanência de tempo integral na execução da obra, objetivando disponibilizar em tempo célere informações sobre o andamento das obras à fiscalização constituída pelo Contratante.

13.1.3 Consideram-se como parte integrante do Contrato Administrativo, os termos deste instrumento convocatório/edital e seus anexos, da proposta comercial de preços, bem como os demais elementos concernentes à licitação que servirem de base ao processo licitatório.

#### **13.2 Da caução da execução da obra**

13.2.1 Uma vez assinado o contrato administrativo a futura contratada deverá apresentar caução de garantia de execução contratual (execução da obra) no prazo de até 05 (cinco) dias, para ter direito na obtenção da ordem de serviço.

#### **13.3 Da Ordem de Serviço**

13.3.1 Uma vez celebrado o contrato administrativo, a contratada receberá a Ordem de Serviço, em conformidade com os ditames legais, devendo a mesma iniciar a execução da obra no prazo máximo



de 07 (sete) dias a contar da data do recebimento da citada ordem, onde o não cumprimento do prazo previsto acima, decorrente de desistência da contratada na execução da obra, ou por motivo a ele atribuível, importará na imediata execução da caução de garantia de contrato, além da aplicação de sanções previstas nos artigos 81 e 87 da Lei no 8.666/93;

#### 13.4 Das Medições

13.4.1 A emissão das medições será elaborada pela contratada preferencialmente a cada 30 (trinta) dias a contar da data do início das atividades conforme ordem de serviços, e em conformidade com o detalhado o cronograma físico financeiro;

13.4.2 Uma vez elaborada cada medição, pela contratada, a mesma deverá encaminhá-la para a fiscalização objetivando a confirmação da regularidade da respectiva medição.

13.4.3 – No caso de não aceitação da medição realizada, o engenheiro fiscal da Secretaria Municipal de Transporte e Obras Públicas, devolverá à **“Contratada”** para retificação, devendo emitir nova medição no prazo de 02 (dois) dias e reapresentá-la à fiscalização a qual terá o prazo de 02 (dois) dias para confirmar ou não o aceite.

13.4.4 – Em caso de conflito, no tocante a aceite da medição as partes elegerão um medidor, correndo a despesa à conta do perdedor.

13.4.5 – Uma vez concluso os trabalhos de aprovação da medição a mesma deverá conter o visto do Secretário Municipal de Transporte e Obras Públicas, ratificando os trabalhos da fiscalização e só então a **“Contratada”** estará apta para a emissão da respectiva nota fiscal/fatura.

#### 14. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

##### 14.1 Do Contratante

14.1.1 Constituir servidor com habilidade em engenharia civil, para acompanhamento e fiscalização da obra, com poderes para notificar à contratada para tomada de providências corretivas inerentes a qualquer irregularidade apontada.

14.1.2 A Contratante se obriga a pagar a contratada o valor da nota fiscal emitida em conformidade com a medição apresentada, e em observância ao cronograma físico financeiro, até o 10º (décimo) dia a contar da data da nota fiscal, devidamente empenhada e acompanhada da respectiva medição.

14.1.3 O pagamento das respectivas medições, em conformidade com o cronograma físico-financeiro, será efetuado pela Tesouraria do Município, através depósito bancário (TED) em nome da futura contratada, em observância ao prazo e condições descritas no subitem anterior.

14.1.4 Notificar extrajudicialmente a Contratada e aplicar as sanções legais na ocorrência de declínio na qualidade dos serviços e ou em decorrência de fatos supervenientes propensos a gerar prejuízos ao erário.



14.1.5 Notificar extrajudicialmente e exigir da Contratada a substituição de qualquer funcionário desta que não tenha habilidade devidamente comprovada para a execução dos serviços e ou que venha a apresentar conduta que contraria aos bons costumes e a boa vizinhança.

14.1.6 Nomear servidor para fiscalização da execução do contrato administrativo em conformidade com os ditames do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.1.7 Nomear servidor com formação superior em engenharia para acompanhar a execução da obra, com poderes para lançar no diário de obra notificação à Contrata para refazer ou concluir a execução de qualquer serviço.

## **14.2 Da futura Contratada**

14.2.1 Disponibilizar a instalação da placa da obra, em conformidade com o modelo disponibilizado pelo Município, dentro do prazo de 7 (sete) dias contados da data do recebimento da ordem de serviço, bem como apresentar neste prazo toda a documentação legal do engenheiro responsável técnico pela execução da obra, conforme prescreve a legislação pertinente.

14.2.1 Executar a obra, em conformidade com os ditames deste instrumento convocatório/edital e seus anexos e, em conformidade com as avenças descritas na minuta do contrato administrativo, observado quais sejam o prazo para o término da execução da obra, qual seja o prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de incorrer em penalidades.

14.2.2 Empregar na execução da obra, mão de obra qualificada, disponibilizando as eventuais vagas preferencialmente a mão de obra local (moradores do Município de Bonito de Minas), devendo toda e qualquer contratação de mão de obra ser efetuada em conformidade com as exigências legais do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

14.2.3 Manter sinalização de segurança nos locais de execução da obra objeto da presente licitação, objetivando evitar acidentes com transeuntes, avocando para si toda e qualquer responsabilidade no cumprimento das normas atinentes à segurança, higiene e medicina no trabalho, isentando a Administração de qualquer responsabilidade.

14.2.4 Manter no local da obra livro de registro de ocorrências, com disponibilidade à fiscalização para registro de ocorrência que tenha o cunho exigir providências corretivas objetivando evitar prejuízos ao Erário, bem como buscando resguardá-lo de quaisquer fato superveniente em decorrência da execução da obra.

14.2.5 Empregar nos serviços, por sua conta e risco somente material de primeira qualidade em conformidade com o descrito no memorial descritivo, plano de trabalho e planilhas orçamentárias e no que couber em observância as normas da ABNT.

14.2.6 Manter copia de toda documentação dos funcionários e do engenheiro na obra, para fins fiscalização de órgãos competentes.



14.2.7 Independentemente da fiscalização feita pela Contratante, a Contratada é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros, em decorrência da execução da obra, sem quaisquer ônus para o Contratante.

14.2.8 Disponibilizar a seus funcionários, todos os equipamentos de proteção individual (EPI), em conformidade com as exigências legais, isentando o Contratante de quaisquer fato superveniente.

14.2.9 Para cumprimento do subitem 14.2.3, obriga-se a Contratada a apresentar à Contratante, até 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato, relação de nomes e registro dos profissionais de seu serviço especializado em Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT e, mantendo nos serviços quadro informativo de eventuais acidentes de trabalho, bem como envio mensal de cópia do quadro estatístico de acidentes, para disponibilidade da fiscalização.

14.2.10 Elaborar planilha de medição em conformidade com o Cronograma físico financeiro e emitir nota fiscal somente após a sua aprovação pela Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas, conforme detalhado no item 13 deste instrumento.

14.2.11 Aceitar as supressões e acréscimos desta licitação, objeto de contrato, em conformidade com o que prescreve o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

## **15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. A despesa decorrente da execução da presente licitação correrá à conta das dotações orçamentárias nº: 10.01.02.15.451.0029.3061-Pavimentação de Vias Urbanas - 44905100 Obras e Instalações (Fonte 124/Ficha 880)

## **16. DA VIGENCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

16.1 O prazo de vigência do futuro contrato administrativo será de 90 (noventa) dias a contar da data da sua assinatura, objetivando resguardar o prazo para pagamento de medições, considerando que o prazo para a execução da obra é de 60 (sessenta) dias conforme prescreve no cronograma físico financeiro.

16.2 O futuro contrato administrativo poderá ser aditivado em conformidade com o prescrito no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.3 A conclusão da obra, objeto do futuro contrato administrativo deverá ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da ordem de serviço, sob pena de incorrer a empresa futura contratada em penalidades legais.

## **17. DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL/FATURA E DO PAGAMENTO**

### **17.1 – Das Notas Fiscais**

17.1.1 Uma vez aprovada da medição pela Fiscalização de acompanhamento da execução da obra e, desde que haja aceite da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas, a contratada estará apta a emitir a respectiva nota fiscal/fátua, devendo ser descrito no dorso da mesma o número do





processo licitatório, da tomada de preços e do contrato administrativo, bem como detalhar os valores em conformidade com o que prescreve a instrução normativa RFB nº: 971 de 13 de novembro de 2.009, sob pena de retenção dos encargos.

17.1.2 No caso da Contratada não apresentar a nota fiscal em conformidade com o descrito no subitem 17.1.1 a Tesouraria Municipal procederá a devida retenção do encargo, conforme prescreve a instrução normativa e procederá o recolhimento, mediante entrega da guia devidamente quitada, à contratada, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data do pagamento da nota fiscal/fatura.

17.1.3 As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela “**Contratada**”, contra a Prefeitura Municipal de Bonito de Minas-MG, e entregues à Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas em tempo hábil, para autorização do pagamento, juntamente com cópia da medição, para encaminhamento ao setor de contabilidade para o devido empenho e posterior envio a Tesouraria do Município para o devido pagamento.

17.1.4 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente, e seu vencimento ocorrerá até o 10º (décimo) dias após a data de sua reapresentação.

## 17.2 – Do pagamento

17.2.1 O pagamento de cada medição, será efetuado pela Tesouraria do Município, através depósito bancário (TED) em nome da contratada até o 10º (décimo) dia a contar da data da nota fiscal devidamente empenhada.

17.2.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Pela recusa injustificada em assinar o termo contratual ou em retirar o documento equivalente, dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, não aplicando-se a mesma, à empresa remanescente, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

18.2 pelo descumprimento das condições estabelecidas no ajuste contratual ou pelo atraso injustificado na conclusão da obra, a contratada fica sujeita às seguintes penalidades:



18.2.1 Pelo atraso injustificado no termino da execução da obra objeto da licitação:

- a) até 15 (quinze) dias, multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) sobre o valor da obrigação, objeto do contrato, por cada dia de atraso;
- b) superior a 15 (quinze) dias, multa de 0,50% (zero vírgula cinqüenta por cento) sobre o valor da obrigação, objeto do contrato, por cada dia de atraso que se exceder ao previsto na alínea "a", limitado ao percentual de até 7,5% (sete virgula cinco por cento) o que correspondente a um limite máximo de 30 (trinta) dias de atraso na entrega da obra;
- c) pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da obrigação assumida, objeto do contrato.

## 19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. É facultado à Comissão Permanente de Licitação promover quaisquer diligências ou solicitar esclarecimentos necessários a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

19.2. É permitida a sub-contratação parcial ou total do objeto desta licitação, desde que a contratada oficialize ao Contratante das suas pretensas e desde que a sub contratação tenha sido acordado pela Autoridade Máxima Municipal.

19.3 Havendo concordância na sub-contratação, a empresa sub-contratada deverá comprovar a habilitação técnica exigida no presente instrumento, tendo como condição inarredável a total responsabilidade do contratado em todo e qualquer assunto atinente a execução da obra, objeto do contrato administrativo, de forma a isentar toda e qualquer responsabilidade do Município em face da concordância da sub-contratação.

19.4. A critério da Administração esta licitação poderá ter os seus quantitativos reduzidos ou aumentados, de acordo com o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

19.5. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste instrumento convocatório/edital, sujeitando-se a licitante as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93.

19.6 A proponente licitante deverá apresentar junto com a proposta a Planilha Orçamentária, onde o BDI não poderá ultrapassar o percentual de 26,85 (vinte e seis virgula oitenta e cinco por cento), conforme detalhada na planilha orçamentária disponibilizada pelo Contratante, devendo apresentar ainda o respectivo cronograma físico financeiro.

19.7 Findo o término da execução da obra objeto do contrato administrativo, será elaborado termo de recebimento provisório da obra com validade de 15 (quinze) dias desde que atendidas todas as exigências corretivas apontadas pela Secretaria Municipal de Transportes e Obras Publicas.

19.8 Findo o prazo previsto no subitem 13.7, será elaborado termo de recebimento definitivo da obra.



19.9 O recebimento definitivo não isenta a Contratada da responsabilidade de proceder por sua conta e risco os devidos reparos nos serviços, diante de fato superveniente que venha a ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias em detrimento de irregularidade ou qualidade da obra.

19.10 A futura contratada deverá dar garantia de execução da obra com prazo não inferior a 12 (doze) meses.

19.11 A restituição da caução de garantia de execução da obra, será efetuada integralmente, mediante solicitação da Contratada, até o 10º (décimo) dia a contar da data da celebração do termo de recebimento definitivo da obra, conforme prescreve o subitem 19.8 deste instrumento convocatório/edital.

## **20. DA VINCULAÇÃO**

20.1 Além dos instrumentos deste edital e seus anexos, as partes ficam vinculadas aos termos da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e suas alterações.

## **21. DA PUBLICAÇÃO**

21.1 Todos os atos administrativos decorrentes desta licitação serão publicados no quadro de Aviso e no tocante ao extrato do futuro contrato administrativo, além do mesmo ser publicado no quadro de aviso, o mesmo será publicado no Diário Oficial do Estado, publicação esta a ser efetuada pela Administração Municipal, tornando o ato público, conforme determinações legais.

## **22 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

22.1 Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este instrumento convocatório/edital, conforme prescreve o § 1º do art. 41 da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93, devendo protocolar o pedido no Departamento de Licitações, localizado na Praça Senhor Bom Jesus, 75 - Centro – Bonito de Minas - MG, cabendo a Comissão Permanente de Licitações, decidir sobre o requerimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, onde não será aceito recursos interposto via email ou fax símile, exceto envio via correio e desde que o mesmo seja protocolado junto ao Departamento de Licitação no prazo legal.

22.2 Decairá do direito de impugnar os termos do presente instrumento convocatório/edital de licitação perante a administração o proponente licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, conforme prescreve o § 2º do art. 41 da 8.666/93, cabendo a Comissão Permanente de Licitações, decidir sobre o requerimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, não será aceito recursos interposto via email ou fax símile, exceto envio via correio e desde que o mesmo seja protocolado junto ao Departamento de Licitação no prazo legal.

22.3 Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório/edital, será designada nova data para a realização do certame.



22.4 A impugnação feita tempestivamente pelo proponente licitante não o impedirá de participar do processo licitatório, desde que após a apreciação da impugnação o processo siga seus tramites normais.

## 23 DOS ANEXOS

23.1 Fazem parte integrante do presente instrumento convocatório/edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I – PROJETO BÁSICO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA;
- b) Anexo II – Minuta do Contrato Administrativo;
- c) Anexo III – Declaração de conhecimento dos ditames do instrumento convocatório/edital e seus anexos;
- d) Anexo IV – Declaração do cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- e) Anexo V – Declaração de Inexistência de Inidoneidade;
- f) Anexo VI – Memorial Descritivo;
- g) Anexo VII - Planilha Orçamentária;
- h) Anexo VIII - Cronograma Físico-financeiro;
- i) Anexo IX - Projetos arquitetônico;
- j) Anexo X – Memória de calculo
- k) Anexo XI – Termo de visita técnica do local de execução da obra ou declaração atestando que conhece o local da execução da obra;

## 24 – DO FORO

24.1 Fica eleito o foro da Comarca de Januária, para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente licitação, sob renúncia de qualquer outro.

Quaisquer informações ou esclarecimentos relativos a este Instrumento, serão prestados pelo setor Licitação através email [licitacao@bonitodeminas.mg.gov.br](mailto:licitacao@bonitodeminas.mg.gov.br) ou diretamente na sede do Município Praça Bom Jesus, 75– Centro – Bonito de Minas-MG, nos horário das 07:30 às 13:30 horas– Departamento de Licitações.

Prefeitura Municipal de Bonito de Minas (MG), 18 de março de 2019.

Rodrigo Pinto dos Reis  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação  
Decreto Municipal nº: 711 de 03.01.2019





seguida coluna com o valor (incluso BDI ou LDI), e anexá-la junto com a proposta de preço, sob pena de desclassificação da proposta.

## **1. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

1.1 As despesas para a contratação dos serviços serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária: 10.01.02.15.451.0029.3061-Pavimentação de Vias Urbanas - 44905100 Obras e Instalações (Fonte 124/Ficha 880)

## **2. DA VIGENCIA DO CONTRATO**

2.1 A vigência do contrato administrativo, objeto da licitação a ser inaugurada, será de 90 (noventa) dias a contar da data da sua assinatura.

2.2 Na ocorrência de fato superveniente e em observância ao interesse público, a vigência do futuro contrato administrativo poderá ser prorrogado por igual período a critério exclusivo da Administração, em conformidade ao descrito no art. 57 da Lei 8.666/93.

## **3. DISPOSIÇÕES GERAIS**

3.1 Todos as despesas diretas e indiretas dos serviços, tais como mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, bem como todos os equipamentos e materiais que se fizerem necessário na execução das obras objeto da presente licitação, deverão fazer parte da proposta de preços.

3.2 A futura empresa contratada quando couber, deverá dar preferência na contratação de mão de obra disponibilizada no Município de Bonito de Minas.

3.3 A execução do remanescente das obras, será objeto de elaboração de medição, em conformidade com o cronograma físico financeiro.

3.4 A futura contratada deverá concluir as obras de 60 (sessenta) dias a contar da data da ordem de serviços.

3.5 As obras serão fiscalizadas pelo Departamento de Engenharia do Município.

## **4. DO PAGAMENTO**

4.1 Os pagamentos das medições serão efetuados pela Tesouraria do Município, através depósito bancário ou TED em nome da futura contratada, até o 10º (décimo) dia útil a contar da data da nota fiscal devidamente empenhada e acompanhada da respectiva medição.

4.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:



$I = (TX/100)$

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## **5 – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

5.1 Constituir servidor devidamente qualificado, através da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Publicas, para fiscalização e acompanhamento da execução do contrato administrativo, conforme prescreve o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2 Constituir servidor com formação superior em engenharia, na qualidade de fiscal de execução das obras, com poderes para notificar a empresa objeto de registro no diário de obra quando constatar qualquer irregularidade na execução da obra.

5.3 Notificar, formalmente à Contratada quaisquer irregularidades encontradas na execução dos serviços quando este declinar de qualidade e ferir os ditames do instrumento convocatório e minuta do contrato.

5.3 Efetuar os devidos pagamentos à futura contratada dentro dos prazos avençados no futuro contrato administrativo e, em observância ao descrito no instrumento convocatório/edital e seus anexos.

## **6. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA FUTURA CONTRATADA**

6.1 Executar as obras por sua conta e risco em conformidade com o instrumento convocatório/edital e seus anexos, em observância ao detalhado na planilha orçamentária, na memória de calculo, no cronograma físico financeiro, ao descrito no memorial descritivo e em observância ao detalhado no projeto/croquis, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

6.2 Reparar eventuais danos causados ao Contratante ou a Terceiros em decorrência da execução dos serviços, e ou emprego de materiais de má qualidade, isentando o Município de qualquer fato superveniente.

6.3 Empregar na execução dos serviços, por sua conta e risco, mão de obra devidamente contratada em conformidade com os ditames da Consolidação das Leis do Trabalho e dentro das exigências do Ministério do Trabalho, bem como manter no local da execução da obra, isolamento, objetivando evitar acidentes, de forma a eximir o Contratante de qualquer co-responsabilidade.

6.4 Orientar seus funcionários para tratar com urbanidade os servidores do Município designados para fins fiscalização das obras.

6.5 A futura contratada deverá emitir medições em observância aos valores e quantitativos limites, detalhados no cronograma físico financeiro.

6.6 Dar garantia mínima de 12 (doze) meses de execução das obras, objeto da presente licitação.



6.7 A licitante declarada vencedora ao reconhece desde já que ao assinar o “Contrato Administrativo” que não poderá diminuir o ritmo de execução da obra nem suspender a sua execução, com alegações no atraso de pagamento, exceto se o pagamento por parte da Administração for superior a 90 (noventa) dias conforme estabelece o art. 78, inciso XV da Lei Federal de Licitação nº: 8.666/93, sob pena de incorrer nas sanções descritas no art. 87 da supra citada Lei Federal.

## **7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

7.1 A empresa proponente licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que se recusar injustificadamente a celebrar o contrato, dentro de 05 (cinco) dias a contar da notificação da Administração, falhar no cumprimento do contrato, comportar-se de modo inidôneo, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, sujeitar-se às penalidades descritas no instrumento convocatório/edital e na minuta do contrato administrativo, dentre as penalidades multa pecuniária de 5% (cinco por cento) por recusa em assinar o contrato no prazo descrito acima em conformidade com o que prescreve a Lei 8.666/93.

7.2 Este termo faz parte integrante do edital e da minuta do contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito.

Prefeitura Municipal de Bonito de Minas, 18 de março de 2019

Rodrigo Pinto dos Reis  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação  
Decreto Municipal nº: 711 de 03.01.2019





**ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE REMANESCENTE DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES INTERTRAVADOS DE RUAS DO DISTRITO DE RAIZAMA – FASE II – Nº: \_\_\_\_/2019**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 015/2019**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº: 003/2019**

**PREAMBULO**

O **MUNICÍPIO DE BONITO DE MINAS**, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº: 01.612.493/0001-83, com sede Administrativa na Praça Bom Jesus, 75 – Centro – -Bonito de Minas-MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Pedro Pires da Rocha, .....(qualificar).....- Centro – Bonito de Minas - MG, de ora em diante denominado simplesmente “**Contratante**”, e de outro a empresa.....( qualificar)....., a seguir denominado “**Contratada**”, resolvem firmar o presente contrato administrativo para a execução de remanescente de obra de pavimentação em bloquetes intertravados das Ruas (A, B, C, D), construção de serviços complementares de calçada (passeio), meio fio e sarjetas, do Distrito de Raizama - Fase II, através recurso financeiro oriundo da União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, em face do contrato repasse nº 839472/2016/MTUR/CAIXA - Processo nº 3661.1037074-40/2016 e contra partida do Município de Bonito de Minas, conforme detalhado no projeto/croquis, em observância ao detalhado na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro, e em observância ainda às especificações detalhadas no memorial descritivo e na memória de cálculo e, em observância a descrito no Projeto Básico/Especificação Técnica, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas”, regime de execução indireta – empreitada por preço unitário, conforme prescreve o art. 6º da Lei 8.666/93, e em observância ao que prescreve a Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, referente ao Processo Licitatório nº 015/2019, Modalidade Tomada de Preços nº: 003/2019, em observância ao teor da justificativa, têm como justo e contratado o seguinte:

**DA JUSTIFICATIVA:** Considerando que o Município de Bonito de Minas, rescindiu unilateral o contrato o contrato administrativo nº 139/2017, celebrado com a empresa Construtora PSJ Ltda, por descumprimento obrigacional na execução das obras de pavimentação em bloquetes intertravados, das ruas (A, B, C, D), construção de serviços complementares de calçada (passeio), meio fio e sarjetas, do Distrito de Raizama - (fase II), objeto do contrato de repasse nº 839472/2016/MTUR/CAIXA - Processo nº 3661.1037074-40/2016 e contra partida do Município, justifica-se a abertura de processo licitatório, objetivando a seleção de proposta mais vantajosa para a contratação de empresa de engenharia para execução do remanescente das obras, conforme detalhado no Projeto Básico/Especificação Técnica..

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 A presente licitação tem por objeto a execução de remanescente de obra de pavimentação em bloquetes intertravados das Ruas (A, B, C, D), construção de serviços complementares de calçada (passeio), meio fio e sarjetas, do Distrito de Raizama - Fase II, através recurso financeiro oriundo da União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, em face do contrato repasse nº 839472/2016/MTUR/CAIXA - Processo nº 3661.1037074-40/2016 e contra partida do Município de Bonito de Minas, conforme detalhado no projeto/croquis, em observância ao detalhado na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro, e em observância



ainda às especificações detalhadas no memorial descritivo e na memória de cálculo e, em observância a descrito no Projeto Básico/Especificação Técnica, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas”, de acordo ainda com os preços constantes na proposta comercial de preços, e em observância aos ditames da Lei Federal nº: 8.666/93, instrumentos estes que fazem parte integrante deste contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direitos.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO**

### **2.1. - Dos preços**

2.1.1.- O Contratante pagará à Contratada, o valor global de R\$ ..... (.....), por conta da execução da obra, conforme descrito na clausula primeira.

2.1.2. – O preço referido no subitem 2.1.1., inclui todos os custos e benefícios decorrentes de trabalhos executados, tais fornecimentos de todo o material empregado nos serviços, incluindo ainda custo com mão de obra, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, transporte, hospedagem, alimentação, veículos e equipamentos que se fizerem necessários e, demais despesas, de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução da obra, objeto do presente instrumento contratual.

### **2.2 – Do Pagamento**

2.2.1. - O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município, através depósito bancário ou TED em nome da futura contratada, até o 10º (décimo) dia a contar da data da emissão da nota fiscal/fatura, devidamente empenhada e acompanhada da planilha de medição, e em conformidade com o limite de valores previstos no cronograma físico financeiro, devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas.

2.2.2 – No ato do pagamento a Contratada deverá apresentar à Tesouraria guias de recolhimentos inerente encargos sociais e trabalhistas, juntamente com o resumo da folha de pagamento correspondente ao mês da prestação da obra, objeto da nota fiscal e medição apresentada, sob pena de retenção dos respectivos encargos e conseqüentemente desconto do pagamento da fatura, conforme estabelece a instrução normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2.009.

2.2.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte formula:

$$I = (TX/100)$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

### **CLAUSULA TERCEIRA. – DAS MEDIÇÕES DA OBRA E DA NOTA FISCAL**



3.1. – As medições da obra deverão ocorrer a cada período de 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão da ordem de serviço, com fechamento preferencialmente no final de cada mês, em observância à programação de valores conforme descrito no Cronograma Físico Financeiro.

3.2.- A Contratada deverá efetuar a medição da obra executada, mediante presença do engenheiro responsável pela fiscalização dos serviços o qual terá o máximo de 02 (dois) dias para sua convalidação.

3.3. – No caso de não aceitação da medição realizada, a fiscalização devolverá a planilha de medição à Contratada para retificação, devendo emitir nova medição no prazo de 02 (dois) dias e posterior disponibilização à fiscalização, a qual, terá o prazo de 02 (dois) dias para confirmar ou não o aceite e conseqüentemente autorização para a emissão da nota fiscal fatura para apreciação do Secretaria Municipal de Transportes e Obras Publicas.

3.4. – Em caso de conflito, as partes elegerão um medidor, correndo a despesa à conta do perdedor.

3.5 - As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela Contratada, contra a Prefeitura Municipal de Bonito de Minas-MG, descrevendo no dorso das mesmas os valores em conformidade com a instrução normativa da Seguridade Social, e entregues à Secretaria Municipal de Administração e Finanças – Secretaria Municipal de Transportes e Obras Publicas, juntamente com copia da medição, para encaminhamento ao setor de contabilidade para o devido empenho, ou seja deverá ser destacado na nota fiscal o valor correspondente a materiais e equipamentos empregados e em separado o custo com a mão de obra que deverá espelhar em conformidade com a folha de pagamento.

3.6 – As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente, e seu vencimento ocorrerá até o 10º (décimo) dias após a data de sua reapresentação.

#### **CLAUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1 – O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e em especial junto ao INSS, relativamente à competência imediatamente anterior aquela a que se refere a remuneração auferida, sob pena de retenção de valores oriundo com encargos a ser efetuado pela Tesouraria Municipal e repasse aos órgãos competentes, em conformidade com a instrução normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2.009.

4.2 Dos pagamentos devidos à Contratada, serão descontados os valores de multa ou eventuais débitos daquela para com o Contratante, referentes a qualquer contrato entre as mesmas partes, sem obrigatoriedade de prévio aviso.

#### **CLAUSULA QUINTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE**

5.1.- Não se aplica ao presente instrumento contratual qualquer reajuste de preços, independentemente de prorrogação da vigência do contrato.

#### **CLAUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO**



6.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº 10.01.02.15.451.0029.3061-Pavimentação de Vias Urbanas - 44905100 Obras e Instalações (Fonte 124/Ficha 880)

#### **CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA**

7.1. - Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, encerrando-se no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da sua assinatura e encerrar-se-á no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

7.2. - A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do **Contratante**, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo ao contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

8.1. - A **Contratada** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de acordo com o que preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA NONA - DA NOVAÇÃO**

9.1. - Toda e qualquer tolerância por parte do Contratante na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos, a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

#### **CLÁUSULA DECIMA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

10.1. – O Regime de Execução da presente obra é “Indireta – empreitada global”, conforme estabelece o art. 6º da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

11.1 Constituir servidor com habilidade em engenharia civil, para acompanhamento e fiscalização da obra, com poderes para notificar à contratada para tomada de providencias corretivas inerentes a qualquer irregularidade apontada.

11.2 A Contratante se obriga a pagar a contratada o valor da nota fiscal emitida em conformidade com a medição apresentada, e em observância ao cronograma físico financeiro, até o 10º (décimo) dia a contar da data da nota fiscal, devidamente empenhada e acompanhada da respectiva medição.

11.3 O pagamento das respectivas medições, em conformidade com o cronograma físico-financeiro, será efetuado pela Tesouraria do Município, através depósito bancário (TED) em nome da futura contratada, em observância ao prazo e condições descritas no subitem

11.4 Notificar extrajudicialmente a Contratada e aplicar as sanções legais na ocorrência de declínio na qualidade dos serviços e ou em decorrência de fatos supervenientes propensos a gerar prejuízos ao erário.



11.5 Notificar extrajudicialmente e exigir da Contratada a substituição de qualquer funcionário desta que não tenha habilidade devidamente comprovada para a execução dos serviços e ou que venha a apresentar conduta que contraria aos bons costumes e a boa vizinhança.

11.6 Nomear servidor para fiscalização da execução do contrato administrativo em conformidade com os ditames do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.7 Nomear servidor com formação superior em engenharia para acompanhar a execução da obra, com poderes para lançar

## **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

12.1 Disponibilizar a instalação da placa da obra, em conformidade com o modelo disponibilizado pelo Município, dentro do prazo de 7 (sete) dias contados da data do recebimento da ordem de serviço, bem como apresentar neste prazo toda a documentação legal do engenheiro responsável técnico pela execução da obra, conforme prescreve a legislação pertinente.

12.1 Executar a obra, em conformidade com os ditames deste instrumento convocatório/edital e seus anexos e, em conformidade com as avenças descritas na minuta do contrato administrativo, observado quais sejam o prazo para o término da execução da obra, qual seja o prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de incorrer em penalidades.

12.2 Empregar na execução da obra, mão de obra qualificada, disponibilizando as eventuais vagas preferencialmente a mão de obra local (moradores do Município de Bonito de Minas), devendo toda e qualquer contratação de mão de obra ser efetuada em conformidade com as exigências legais do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

12.3 Manter sinalização de segurança nos locais de execução da obra objeto da presente licitação, objetivando evitar acidentes com transeuntes, avocando para si toda e qualquer responsabilidade no cumprimento das normas atinentes à segurança, higiene e medicina no trabalho, isentando a Administração de qualquer responsabilidade.

12.4 Manter no local da obra livro de registro de ocorrências, com disponibilidade à fiscalização para registro de ocorrência que tenha o cunho exigir providências corretivas objetivando evitar prejuízos ao Erário, bem como buscando resguardá-lo de quaisquer fato superveniente em decorrência da execução da obra.

12.5 Empregar nos serviços, por sua conta e risco somente material de primeira qualidade em conformidade com o descrito no memorial descritivo, plano de trabalho e planilhas orçamentárias e no que couber em observância as normas da ABNT.

12.6 Manter copia de toda documentação dos funcionários e do engenheiro na obra, para fins fiscalização de órgãos competentes.

12.7 Independentemente da fiscalização feita pela Contratante, a Contratada é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros, em decorrência da execução da obra, sem quaisquer ônus para o Contratante.



14.2.8 Disponibilizar a seus funcionários, todos os equipamentos de proteção individual (EPI), em conformidade com as exigências legais, isentando o Contratante de quaisquer fato superveniente.

12.9 Para cumprimento do subitem 14.2.3, obriga-se a Contratada a apresentar à Contratante, até 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato, relação de nomes e registro dos profissionais de seu serviço especializado em Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT e, mantendo nos serviços quadro informativo de eventuais acidentes de trabalho, bem como envio mensal de cópia do quadro estatístico de acidentes, para disponibilidade da fiscalização.

12.10 Elaborar planilha de medição em conformidade com o Cronograma físico financeiro e emitir nota fiscal somente após a sua aprovação pela Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas, conforme detalhado no item 13 deste instrumento.

12.11 Aceitar as supressões e acréscimos desta licitação, objeto de contrato, em conformidade com o que prescreve o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

12.12 Efetuar o devido registro junto ao Órgão competente, objetivando a obtenção da CEI, devendo cópia da mesma ser anexada junto com todas notas fiscais faturas apresentadas, sob pena de recusa de pagamento.

12.13 A futura Adjudicatária ao assinar o “Contrato Administrativo” reconhece que não poderá diminuir o ritmo de execução da obra nem suspender a sua execução, com alegações no atraso de pagamento, exceto se o pagamento por parte da Administração for superior a 90 (noventa) dias conforme estabelece o art. 78, inciso XV da Lei Federal de Licitação nº: 8.666/93, sob pena de incorrer nas sanções descritas no art. 87 da supra citada Lei Federal.

### **CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

13.1. O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

13.2. Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.

### **CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO**

14.1. A fiscalização sobre a execução da obra objeto da presente licitação, será exercida por um servidor da Administração devidamente constituído, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

14.2. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui, nem reduz a responsabilidade da **Contratada**, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inexistindo em qualquer circunstância, a co-responsabilidade do **Contratante** ou de seus agentes e prepostos, conforme prevê o art. 70 da Lei nº 8.666/93.



14.3. O **Contratante** se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os materiais e serviços, se considerados em desacordo com os termos deste Contrato Administrativo.

#### **CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste Contrato Administrativo, erros ou atrasos na execução da obra e quaisquer outras irregularidades, o **Contratante** na pessoa de sua Autoridade Máxima Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública na esfera Municipal, Estadual ou Federal, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- c) declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que a Contratante promova sua reabilitação.
- d) até 15 (quinze) dias, multa de 0,33% (Zero vírgula trinta e três por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;
- e) superior a 15 (quinze) dias, multa de 0,50% (Zero vírgula cinqüenta por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso, limitado ao percentual de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) e ao atraso de no máximo 30 (trinta) dias;
- f) multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, no caso de o licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais, salvo se por motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

15.2. A sanção de advertência de que trata o subitem 15.1, alínea “a” poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na execução do contrato;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento da obra da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

15.3. Pelo atraso ou descumprimento das notificações para regularização das falhas apontadas pela Contratante, a Contratada sujeitar-se-á à multa de mora de 0,33 (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia sobre o valor contratual, sem prejuízo das demais sanções.

15.4. O valor das multas referidas na alínea “d,e,f” do subitem 15.1 e 15.3 poderão ser descontados de qualquer fatura ou crédito existente.

15.5. A penalidade estabelecida nas alíneas “a, b, c” do subitem 15.1, será da competência exclusiva da



Autoridade Máxima Municipal.

## CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. - Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidas com base na Lei nº 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, cujas normas ficam incorporadas neste instrumento contratual, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

## CLÁUSULA DECIMA SETIMA– DO RECEBIMENTO DAS OBRAS

17.1. – A Contratada deverá solicitar, através de correspondência protocolada na Secretaria Municipal de Transportes e Obras Publicas, o recebimento da obra, tendo a Administração o prazo de até 02 (dois) dias para lavrar o “Termo de Recebimento Provisório da obra”, o qual terá validade de 15 (quinze) dias a contar da data da sua emissão.

17.2. – O “Termo de Recebimento Provisório” somente será lavrado se todos os serviços de execução da obra estiverem concluídos e aceitos pela Administração Municipal e, quando em contrário, será lavrado o “Termo de Não Recebimento”, anulando a solicitação feita anteriormente, devendo a Contratada, após atendidas todas as exigências, solicitar novamente o recebimento da obra.

17.3. – Decorridos os 60 (sessenta) dias do “Termo de Recebimento Provisório”, desde que corrigidos eventuais defeitos surgidos neste período, a Administração através da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Publicas, lavrará o “Termo de Recebimento Definitivo da obra/Termo de Encerramento de Contrato”, atendida as exigências constantes do subitem 17.4, cuja data será o referencial para análise do prazo contratual.

17.4 - O “Termo de Encerramento das Obrigações Contratuais” será emitido após a apresentação do CND – Certificado Negativo de Débito do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, referente à obra contratada.

17.5 – A **Contratada** terá um prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão do “Termo de Recebimento Provisório da obra” para apresentação do CND junto a Secretaria Municipal de Transportes e Obras Publicas, a qual procederá a emissão do “Termo de Encerramento das Obrigações”. No caso de não apresentação da CND pelo Contratado, dentro do prazo avençado, a Administração Municipal através da Secretaria Municipal de Finanças imporá a multa equivalente a 20% (vinte) por cento do valor do contrato, procedendo o desconto em eventuais créditos que o Contratante possua junto ao Município, dentro os quais o valor da garantia contratual depositado conforme descrito no item 4.6 do instrumento licitatório e o saldo será lançado como dívida publica contraída junto ao fisco Municipal sujeito a cobrança via judicial.

17.6 - Os “Termos de Recebimento Provisório” e “Definitivo” e do “Termo de Encerramento de Obrigações Contratuais” não eximirá a **Contratada** das responsabilidades decorrentes do contrato e da legislação em vigor.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO





18.1 As partes contratantes ficam vinculadas aos termos do convenio, plano de trabalho, projetos arquitetônicos, memorial descritivo, anexo I - Projeto Básico/Especificação Técnica e ao valor da proposta comercial de preço, bem como ao teor da Lei Federal de Licitação n° 8.666/93 instrumentos estes que integram este contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1 É vedado às partes transferir a terceiros qualquer ou obrigação prevista neste Contrato Administrativo, sem prévio acordo devidamente homologado pelas partes.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO**

20.1 É de total responsabilidade do Contratante, efetuar a publicação do extrato deste Contrato Administrativo, dentro do prazo legal, conforme determina a legislação pertinente

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO**

16.1 As partes elegem o foro da Comarca de Januária/MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato, sob renúncia de qualquer outro por melhores condições que venha a propiciar.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Prefeitura Municipal de Bonito de Minas/MG, ..... de ..... de .....

José Pedro Pires da Rocha  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Nome  
Empresa  
CONTRATADA

Testemunhas: 1..... 2.....

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS DITAMES DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO/EDITAL E SEUS ANEXOS**

PROCESSO LICITATORIO Nº: **015/2019**

TOMADA DE PREÇOS Nº: **003/2019**

**DECLARAÇÃO**

Para efeito da licitação em epigrafe, o signatário da presente declaração, abaixo assinado, em nome da empresa (..... qualificar.....), e em conformidade com o disposto na lei federal de licitação nº 8.666/93 **“Declara”** que:

a) Tomou conhecimento e concorda com todas as condições estabelecida no instrumento convocatório/edital e seus anexos, objeto do Processo Licitatório nº: 015/2019 – Tomada de Preços nº: 003/2019, e que não existe fato impeditivo quanto a participação da empresa qualificada acima em participar no certame até a presente data, bem como devemos declará-los caso venha a ocorrer durante a execução do futuro contrato administrativo, caso a mesma seja declarada vencedora do certame;

b) no tocante aos requisitos de habilitação e que toda “Documentação/habilitação”, apresentada são de nossa autoria e responsabilidade e que nos preços apresentados em nossa “Proposta Comercial” estão inclusos todas as obrigações financeiras dentre elas encargos sociais e trabalhistas, bem como os demais constantes do referido instrumento licitatório e seus anexos;

c) sob pena de ação penal que nenhum dirigente, gerente ou sócio, responsável técnico, membro do corpo técnico ou administrativo da declarante, pertence ao quadro temporário ou permanente da Prefeitura Municipal de Bonito de Minas-MG;

d) renuncia a qualquer indenização ou compensação, a qualquer título ou pretexto, em decorrência da participação desta empresa na supramencionada licitação;

e) não obstante, declara ainda sob pena da lei que não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública nas esferas Municipais, Estaduais e/ou Federal

Por ser a expressão da verdade, assinamos a presente para um só efeito.

Local/Data ;...../...../.....

Nome do signatário  
CPF nº: >>>

**Observações:** 1. Esta declaração deverá ser anexada junto com documentação de habilitação, sob pena de inabilitação.



## ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº: 003/2019

**SINTESE DO OBJETO:** Seleção da proposta mais vantajosa objetivando a “contratação de empresa de engenharia civil ou arquitetura e urbanismo para a execução de remanescente de obra de pavimentação em bloquetes intertravados das Ruas (A, B, C, D), construção de serviços complementares de calçada (passeio), meio fio e sarjetas, do Distrito de Raizama - Fase II, através recurso financeiro oriundo da União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, em face do contrato repasse nº 839472/2016/MTUR/CAIXA - Processo nº 3661.1037074-40/2016 e contra partida do Município de Bonito de Minas, conforme detalhado no projeto/croquis, em observância ao detalhado na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro, e em observância ainda às especificações detalhadas no memorial descritivo e na memória de cálculo e, em observância a descrito no Projeto Básico/Especificação Técnica, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas”.

### DECLARAÇÃO

A empresa ....., inscrita no CNPJ/nº....., por intermédio de seu representante o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Local/data..... de ..... de .....

(Assinatura representante legal)

**Observação:** em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima. Esta declaração deverá ser anexada junto com a documentação de habilitação e com reconhecimento de firma do declarante, sob pena de inabilitação.



## ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE INIDONEIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº: 003/2019

**SINTESE DO OBJETO:** Seleção da proposta mais vantajosa objetivando a “contratação de empresa de engenharia civil ou arquitetura e urbanismo para a execução de remanescente de obra de pavimentação em bloquetes intertravados das Ruas (A, B, C, D), construção de serviços complementares de calçada (passeio), meio fio e sarjetas, do Distrito de Raizama - Fase II, através recurso financeiro oriundo da União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, em face do contrato repasse nº 839472/2016/MTUR/CAIXA - Processo nº 3661.1037074-40/2016 e contra partida do Município de Bonito de Minas, conforme detalhado no projeto/croquis, em observância ao detalhado na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro, e em observância ainda às especificações detalhadas no memorial descritivo e na memória de cálculo e, em observância a descrito no Projeto Básico/Especificação Técnica, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Publicas”.

### DECLARAÇÃO

A empresa.....(.... qualificar.....), através do seu signatário/representante legal.....(.....qualificar.....), abaixo assinado, “**Declara**” que não está sob efeito de nenhuma “declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública na esfera federal, estadual ou municipal, nos termos do Inciso IV, do Art. 87, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, bem como que comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico financeira. Não obstante, “**Declara**” ainda, que está ciente que a falsidade das informações fornecidas pode acarretar devolução dos recursos financeiros recebidos, acrescidos de juros e correção monetária, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei.

Pôr ser a expressão da verdade firmo a presente declaração em uma via e para um só efeito.

Local/Data,.....de.....de .....

-----  
Assinatura do Declarante

**Observação** – esta declaração deverá ser colocado dentro do envelope numero 01(um) junto com a documentação habilitação, sob pena de inabilitação.



## ANEXO VI – MEMORIAL DESCRITIVO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº:** 015/2019  
**TOMADA DE PREÇOS Nº:** 003/2019

**SINTESE DO OBJETO:** Seleção da proposta mais vantajosa objetivando a “contratação de empresa de engenharia civil ou arquitetura e urbanismo para a execução de remanescente de obra de pavimentação em bloquetes intertravados das Ruas (A, B, C, D), construção de serviços complementares de calçada (passeio), meio fio e sarjetas, do Distrito de Raizama - Fase II, através recurso financeiro oriundo da União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, em face do contrato repasse nº 839472/2016/MTUR/CAIXA - Processo nº 3661.1037074-40/2016 e contra partida do Município de Bonito de Minas, conforme detalhado no projeto/croquis, em observância ao detalhado na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro, e em observância ainda às especificações detalhadas no memorial descritivo e na memória de cálculo e, em observância a descrito no Projeto Básico/Especificação Técnica, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas”.

**Observação:** Este instrumento encontra-se impresso a disposição do licitante no Departamento de licitação



## ANEXO VII – PLANILHA ORÇAMENTARIA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2019**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº: 003/2019**

**SINTESE DO OBJETO:** Seleção da proposta mais vantajosa objetivando a “contratação de empresa de engenharia civil ou arquitetura e urbanismo para a execução de remanescente de obra de pavimentação em bloquetes intertravados das Ruas (A, B, C, D), construção de serviços complementares de calçada (passeio), meio fio e sarjetas, do Distrito de Raizama - Fase II, através recurso financeiro oriundo da União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, em face do contrato repasse nº 839472/2016/MTUR/CAIXA - Processo nº 3661.1037074-40/2016 e contra partida do Município de Bonito de Minas, conforme detalhado no projeto/croquis, em observância ao detalhado na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro, e em observância ainda às especificações detalhadas no memorial descritivo e na memória de cálculo e, em observância a descrito no Projeto Básico/Especificação Técnica, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas”.

**Observação:** Encontra-se impresso copia da planilha no departamento de licitação

**Atenção:** A proponente licitante deverá elaborar a planilha orçamentária espelhando no detalhamento da planilha orçamentária onde nenhum valor unitário ou total de cada item, nem tão pouco o valor global, poderá ser superior ao valor global previsto na planilha disponibilizado pelo Município, devendo ser lançado na planilha coluna sem (BDI ou LDI) e a coluna contendo (BDI ou LDI), em conformidade com as determinações do TCU, sob pena de desclassificação da proposta



## ANEXO VIII - CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2019**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº: 003/2019**

**SINTESE DO OBJETO:** Seleção da proposta mais vantajosa objetivando a “contratação de empresa de engenharia civil ou arquitetura e urbanismo para a execução de remanescente de obra de pavimentação em bloquetes intertravados das Ruas (A, B, C, D), construção de serviços complementares de calçada (passeio), meio fio e sarjetas, do Distrito de Raizama - Fase II, através recurso financeiro oriundo da União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, em face do contrato repasse nº 839472/2016/MTUR/CAIXA - Processo nº 3661.1037074-40/2016 e contra partida do Município de Bonito de Minas, conforme detalhado no projeto/croquis, em observância ao detalhado na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro, e em observância ainda às especificações detalhadas no memorial descritivo e na memória de cálculo e, em observância a descrito no Projeto Básico/Especificação Técnica, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas”.

**Observação:** Encontra-se impresso o cronograma físico financeiro, a disposição do licitante junto ao departamento de licitação



## ANEXO IX – PROJETOS/CROQUIS

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2019**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº: 003/2019**

**SINTESE DO OBJETO:** Seleção da proposta mais vantajosa objetivando a “contratação de empresa de engenharia civil ou arquitetura e urbanismo para a execução de remanescente de obra de pavimentação em bloquetes intertravados das Ruas (A, B, C, D), construção de serviços complementares de calçada (passeio), meio fio e sarjetas, do Distrito de Raizama - Fase II, através recurso financeiro oriundo da União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, em face do contrato repasse nº 839472/2016/MTUR/CAIXA - Processo nº 3661.1037074-40/2016 e contra partida do Município de Bonito de Minas, conforme detalhado no projeto/croquis, em observância ao detalhado na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro, e em observância ainda às especificações detalhadas no memorial descritivo e na memória de cálculo e, em observância a descrito no Projeto Básico/Especificação Técnica, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas”.

**Observação:** Encontra-se impresso a disposição dos licitante junto ao departamento de licitação, durante o expediente normal de funcionamento da Prefeitura ((07:00 às 13:00 horas)).





## ANEXO X – MEMORIA DE CALCULO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2019**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº: 003/2019**

**SINTESE DO OBJETO:** Seleção da proposta mais vantajosa objetivando a “contratação de empresa de engenharia civil ou arquitetura e urbanismo para a execução de remanescente de obra de pavimentação em bloquetes intertravados das Ruas (A, B, C, D), construção de serviços complementares de calçada (passeio), meio fio e sarjetas, do Distrito de Raizama - Fase II, através recurso financeiro oriundo da União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, em face do contrato repasse nº 839472/2016/MTUR/CAIXA - Processo nº 3661.1037074-40/2016 e contra partida do Município de Bonito de Minas, conforme detalhado no projeto/croquis, em observância ao detalhado na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro, e em observância ainda às especificações detalhadas no memorial descritivo e na memória de cálculo e, em observância a descrito no Projeto Básico/Especificação Técnica, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas”.

**Observação:** Encontra-se impresso a disposição dos licitante junto ao departamento de licitação, durante o expediente normal de funcionamento da Prefeitura ((07:00 às 13:00 horas)).

**ANEXO XI – TERMO DE VISITA TECNICA**

**PROCESSO LICITATORIO Nº: 015/2019**

**TOMADA DE PREÇOS Nº: 003/2019**

**SINTESE DO OBJETO:** Seleção da proposta mais vantajosa objetivando a “contratação de empresa de engenharia civil ou arquitetura e urbanismo para a execução de remanescente de obra de pavimentação em bloquetes intertravados das Ruas (A, B, C, D), construção de serviços complementares de calçada (passeio), meio fio e sarjetas, do Distrito de Raizama - Fase II, através recurso financeiro oriundo da União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, em face do contrato repasse nº 839472/2016/MTUR/CAIXA - Processo nº 3661.1037074-40/2016 e contra partida do Município de Bonito de Minas, conforme detalhado no projeto/croquis, em observância ao detalhado na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro, e em observância ainda às especificações detalhadas no memorial descritivo e na memória de cálculo e, em observância a descrito no Projeto Básico/Especificação Técnica, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas”.

Eu abaixo assinado, na qualidade de representante da proponente licitante....., inscrita no CNPJ sob o nº..... declaro que:

(....) Realizei os procedimentos de visita no local da obra e não obstante estou cientes de todas as particularidades de acesso e do local da execução da obra, em face disto reconhecemos a não existência de qualquer direito de levantar qualquer questão sobre alegação do não conhecimento do local de execução da obra, objeto da tomada de preços nº 003/2019.

(....) Não realizei os procedimentos de visita no local da obra uma vez tratar-se de serviços comuns, e não obstante estou cientes de todas as particularidades de acesso e do local da execução da obra, em face disto reconhecemos a não existência de qualquer direito de levantar qualquer questão sobre alegação do não conhecimento do local de execução da obra, objeto da tomada de preços nº 003/2019.

Ciente de minhas responsabilidades, civis e administrativas, pela informação prestada, assino o presente termo em duas vias de igual teor e para um só efeito.

Loca/Data....., .... de..... de .....

.....  
Assinatura do representante da empresa  
CPF.....

**Atenção:** Apresentar esta declaração junto com a documentação habilitação e enfilexada no envelope 01, sob pena de inabilitação

## MODELO - CARTA DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTAÇÃO

À  
Prefeitura Municipal de Bonito de Minas  
At. Comissão Permanente de Licitação  
BONITO DE MINAS-MG

Prezados Senhores,

A empresa.....(qualificar)....., credencia o Sr. (..... qualificar.....) para representá-la em todos os atos e reuniões relativas à Licitação, inerente ao Processo Licitatório n°: 015/2019 – Tomada de Preços n°: 003/2019, que teve como objeto a seleção da proposta mais vantajosa objetivando a “Contratação de empresa de engenharia civil ou arquitetura e urbanismo para a execução de remanescente de obra de pavimentação em bloquetes intertravados das Ruas (A, B, C, D), construção de serviços complementares de calçada (passeio), meio fio e sarjetas, do Distrito de Raizama - Fase II, através recurso financeiro oriundo da União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, em face do contrato repasse n° 839472/2016/MTUR/CAIXA - Processo n° 3661.1037074-40/2016 e contra partida do Município de Bonito de Minas, conforme detalhado no projeto/croquis, em observância ao detalhado na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro, e em observância ainda às especificações detalhadas no memorial descritivo e na memória de cálculo e, em observância a descrito no Projeto Básico/Especificação Técnica, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas”.

Não obstante certifica que o mesmo esta autorizado a assinar atas, rubricar documentações e proposta comercial, assinar e apresentar instrumento de interposição de recursos e contestações, receber intimações e notificações, desistir expressamente dos prazos recursais, enfim, praticar todos os atos necessários objeto do Processo Licitatório em referência.

Local/Data \_\_\_\_\_, \_\_ de \_\_\_\_\_ de .....

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante  
(Reconhecer firma em cartório)

**Observação:** Este documento só deverá ser emitido no caso do envio de representante devidamente credenciado, o qual deverá ser entregue diretamente ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação. Este modelo é exemplificativo e poderá ser substituído por qualquer sistema de procuração formal desde que tenha reconhecimento de firma do cedente.



## PROTOCOLO DE ENTREGA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO/E ANEXOS

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2019**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº: 003/2019**

**SINTESE DO OBJETO:** Seleção da proposta mais vantajosa objetivando a “contratação de empresa de engenharia civil ou arquitetura e urbanismo para a execução de remanescente de obra de pavimentação em bloquetes intertravados das Ruas (A, B, C, D), construção de serviços complementares de calçada (passeio), meio fio e sarjetas, do Distrito de Raizama - Fase II, através recurso financeiro oriundo da União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, em face do contrato repasse nº 839472/2016/MTUR/CAIXA - Processo nº 3661.1037074-40/2016 e contra partida do Município de Bonito de Minas, conforme detalhado no projeto/croquis, em observância ao detalhado na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro, e em observância ainda às especificações detalhadas no memorial descritivo e na memória de cálculo e, em observância a descrito no Projeto Básico/Especificação Técnica, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas”.

Recebi da Prefeitura Municipal de Bonito de Minas, o instrumento convocatório/edital e seus Anexos relativos ao Processo Licitatório nº 015/2019 – Tomada de Preços nº 003/2019

NOME PROPONENTE:.....

ENDEREÇO: .....

TELEFONE: (.....) .....

LOCAL/DATA:....., ..... de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
(Assinatura e CPF do responsável)



## AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Bonito de Minas, Estado de Minas Gerais, em cumprimento ao disposto no art. 21 da Lei nº 8.666/93, torna público que fará realizar Licitação na forma que segue:

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2019**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº: 003/2019**

**SINTESE DO OBJETO:** Seleção da proposta mais vantajosa objetivando a “contratação de empresa de engenharia civil ou arquitetura e urbanismo para a execução de remanescente de obra de pavimentação em bloquetes intertravados das Ruas (A, B, C, D), construção de serviços complementares de calçada (passeio), meio fio e sarjetas, do Distrito de Raizama - Fase II, através recurso financeiro oriundo da União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, em face do contrato repasse nº 839472/2016/MTUR/CAIXA - Processo nº 3661.1037074-40/2016 e contra partida do Município de Bonito de Minas, conforme detalhado no projeto/croquis, em observância ao detalhado na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro, e em observância ainda às especificações detalhadas no memorial descritivo e na memória de cálculo e, em observância a descrito no Projeto Básico/Especificação Técnica, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas”.

**TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço

**CRITERIO DE JULGAMENTO:** Por Preço Global

**REGIME DE EXECUÇÃO:** Indireta – Empreitada por Preço Global

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Até o dia 08/04/2019 até as 11:00 horas

**SESSÃO DE JULGAMENTO:** Dia 08/04/2019 – 11:00 horas

Maiores informações, sobre o instrumento convocatório/edital e anexos, poderão ser obtidas através do email [licitacao@bonitodeminas.mg.gov.br](mailto:licitacao@bonitodeminas.mg.gov.br) ou diretamente na sede do Município, Praça Bom Jesus, 75 – Centro – Bonito de Minas-MG, no horário das 07:00 às 13:00 hs – Departamento de Licitações.

Prefeitura Municipal de Bonito de Minas/MG, 19 de março de 2019.

Rodrigo Pinto dos Reis  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação  
Decreto Municipal nº: 711, de 03.01.2019